

Orçamento de 92 terá

O Governo Federal cortou Cr\$ 33,454 trilhões do Orçamento Geral da União para 1992, e utilizará prioritariamente os recursos de impostos e contribuições para pagar suas dívidas, com o objetivo de reduzir o déficit público, conforme previsto no acordo assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O que sobrar será dividido entre os ministérios, de acordo com limites de gastos fixados trimestralmente, conforme com informação da repórter Marizete Mundin, publicada com exclusividade pelo Jornal de Brasília no dia 25 deste mês.

Só escaparão do arrocho os programas considerados prioritários pelo Governo, como a construção dos Ciacs, a Reforma Agrária e a demarcação de terras indígenas. O corte de gastos inclui os Cr\$ 5,128 trilhões incorporados ao orçamento pelo Congresso para atender a 13 mil emendas de deputados e senadores.

Segundo o secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente, o aumento de despesas efetuado pelo parlamentares é inconstitucional e prejudica o cumprimento das metas do Governo, pois dispersa os recursos, que já são escassos. "Se você tem verba para uma estrada que custa Cr\$ 1 bilhão e divide para dez estradas, corre o risco de ter dinheiro apenas para construir o canteiro de obras de cada uma delas", explica Parente.

A previsão de arrecadação fiscal e da seguridade social contida na lei orçamentária é de Cr\$ 150,7 trilhões (14,78% do Produto Interno Bruto), mas será ignorada pelo Ministério da Economia, que preferiu fazer uma reavaliação e planejar os gastos com base em arrecadação de Cr\$ 117,2 trilhões

(11,50% do PIB).

Despesa total

As despesas totais do orçamento foram fixadas em Cr\$ 478,408 trilhões, dos quais Cr\$ 123,817 trilhões serão realizados na área da seguridade social. Os gastos com amortização de dívida estão previstos em Cr\$ 208,082 trilhões, e com juros em Cr\$ 12,466 trilhões. As inversões financeiras do Tesouro estão prevista em Cr\$ 36,099 trilhões. Para gastos com pessoal, foi fixado o teto de Cr\$ 47,610 trilhões, para os investimentos, Cr\$ 31,199 trilhões, e para despesas de custeio fixou-se limite de Cr\$ 141,500 trilhões.

A lei prevê receita corrente de Cr\$ 227,329 (arrecadação com impostos, contribuições, prestação de serviços etc.) e mais Cr\$ 251,079 trilhões em receitas de capital (empréstimos, vendas de bens, colocação de títulos etc.), incluindo os aumentos na previsão de arrecadação feitos pelo parlamentares.

Os principais aumentos foram feitos na previsão de receita do Imposto sobre Operações Financeiras (subiu de Cr\$ 4,795 trilhões para Cr\$ 7,263 trilhões) e no Imposto de Importação (subiu de Cr\$ 5,495 trilhões para Cr\$ 7,263 trilhões). Também foram aumentadas as doações para investimento da Telebrás (Cr\$ 2,697 trilhões) e Empresas de Correios e Telégrafos (Cr\$ 362 bilhões).

Em reunião com a equipe econômica, realizada na terça-feira, o presidente Fernando Collor foi informado que não poderia vetar os aumentos de despesas realizados pelos parlamentares, pois o veto teria que atingir todos os programas modificados, paralisando projetos como o da merenda escolar e das bolsas de estudo.

Sexta-feira, 28/2/92

ia
corte de Cr\$ 33,4 tri